



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6827 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM MANAUS DE 1943 A 1995

Kelly Rocha de Matos Vasconcelos - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Michelle de Freitas Bissoli - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Moysés Kuhlmann Júnior - FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM MANAUS DE 1943 A 1995

Introdução

Este trabalho apresenta dados de pesquisa de doutorado em andamento sobre formação de professores na história da Educação Infantil em Manaus. A história das instituições de educação infantil em Manaus remonta ao ano de 1897, quando foi autorizada a instalação do Curso Infantil Froebel junto ao Instituto Benjamin Constant. Em 1920, instalou-se o Jardim de Infância do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, anexo à Escola Normal (MIKI, 2014).

Para esta pesquisa, tomou-se como referência o período entre os anos de 1943 e 1995. O marco inicial é o ano de 1943, após a Lei Orgânica do Ensino Secundário de nº 4244, de 9 de abril de 1942, seguindo-se até a reformulação do currículo do curso de pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 1995, que inclui a obrigatoriedade da disciplina “Metodologia e Prática da Educação Pré-Escolar” na formação de pedagogos.

A pesquisa, nessa fase inicial, ocupou-se do levantamento documental nas Mensagens e Exposições de Governo e nas edições do *Jornal do Comércio do Amazonas* [\[1\]](#). Cabe destacar que até a década de 1980, a Educação Infantil aparecia nos documentos como “Jardim de Infância”, “Ensino Pré-primário” ou “Educação Pré-escolar”.

A Educação Infantil e a formação de professores nas Mensagens e Exposições de

Governo

As Mensagens e Exposições de Governo eram publicações que registravam a comunicação entre distintas instâncias governamentais. As Mensagens, desde a Primeira República, eram enviadas pelo presidente do estado à Assembleia Legislativa e as Exposições eram encaminhadas ao presidente da república no período do Estado Novo.

As mensagens poderiam conter entre 30 a 600 páginas, incluindo anexos, organizadas por capa, contracapa, índices e divididas por títulos em caixa alta. Já as exposições poderiam ter entre 90 a 300 páginas, organizadas, geralmente, em 22 seções numeradas em algarismos romanos.

As mensagens e as exposições eram editadas pela imprensa pública e trazem informações sobre a gestão e organização do governo, instituições, departamentos, eventos, prestação de contas, relatos enaltecendo as ações governamentais e revelando as principais dificuldades enfrentadas. Foram consultadas 11 mensagens entre os anos de 1930 e 1959 e 7 exposições entre 1938 e 1944. As exposições de 1943 e 1944 foram editadas pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (D.E.I.P)[2]. Para este texto, elencamos a Exposição de 1943 e a Mensagem de 1954, por mencionarem a existência do ensino pré-primário e do curso de jardim de infância.

Na Exposição do interventor federal Álvaro Maia ao presidente da república Getúlio Vargas, em 1943, menciona-se a celebração de um acordo entre a União e o Estado que delegava a responsabilidade pelo “serviço estatístico do ensino pré-primário, primário, supletivo e complementar do estado do Amazonas” à Secção de Estatística Educacional de forma autônoma, conforme preconizado no plano de Diretoria e Estatística do Ministério da Educação (AMAZONAS, Exposição, 05/1942 a 05/1943, p. 30).

Em 1954, o governador Álvaro Maia elencava, dentre as repartições administradas pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social, o Colégio Estadual do Amazonas, que oferecia o Curso Normal. Ainda, na mensagem de 1954, consta que o Instituto de Educação do Amazonas possuía uma escola anexa, denominada “Princesa Izabel”, que precisava de uma “regulamentação especial” em seu caráter de “grupo modelo” (AMAZONAS, Mensagem, 15/05/1954, p. 78). A escola Princesa Izabel tinha como finalidade efetuar o “ensino prático das aulas do magistério” considerando que oferecia o curso de jardim de infância (MOTA, 2015).

Além disso, o texto menciona que seis alunas foram diplomadas como “professora normal rural” no Instituto Benjamim Constant e que a remuneração dos professores desse curso era oriunda dos recursos das próprias pensionistas do Instituto (AMAZONAS, Mensagem, 15/05/1954).

A Educação Infantil e a formação de professores no *Jornal do Comércio do Amazonas*

O *Jornal do Comércio do Amazonas* foi o “mais tradicional jornal” de Manaus publicado a partir de 1904 e pertenceu a Assis Chateaubriand de 1943 a 1984, quando foi vendido ao empresário Guilherme Aluizio de O. Silva (SOUZA, 2010, p. 296).

As notícias relacionadas à Educação Infantil e à formação de professores foram encontradas no *Jornal do Comércio* por meio dos descritores “magistério *and* infância”; “educação infantil”; “jardim de infância” e “creche”. Assim, analisamos um total de 3.312 notícias e selecionamos 290, das quais 7 foram selecionadas para compor esse texto por

retrataram algumas características dos cursos de formação no período pesquisado.

Em 1958, foi divulgada a notícia de uma formatura que seria realizada no dia 10 de dezembro, quando dez “professorandas e concluintes do Primeiro Ciclo Secundário” receberiam seus diplomas no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, um estabelecimento de ensino salesiano. A programação era dividida em dois momentos: uma missa pela manhã, a “Bênção dos anéis” e a entrega dos diplomas e certificados pela tarde, solenidade presidida pelo arcebispo metropolitano D. João de Sousa Lima.

O juramento a ser realizado pelas diplomadas tinha um teor religioso e político e as formandas se comprometeriam a lecionar, pautadas nos princípios da moral e do saber: “Prometo, diante de Deus e da Pátria, exercer o meu magistério, de acordo com as Leis do País e diretrizes da Santa Igreja, procurando infundir no coração os sãos princípios da moral e do saber sob o influxo do grande Educador D. Bosco, nos ministrados” (JORNAL DO COMÉRCIO, 10/12/1958, p. 8).

Na década de 1960, foram noticiadas ofertas de bolsa de estudos para formar recreadores infantis pelo Serviço Social do Comércio (SESC). Dentre as exigências, o candidato deveria ter curso médio completo em Pedagógico Clássico, Científico ou ser técnico em contabilidade (JORNAL DO COMÉRCIO, 06/04/1966, p. 3).

Em 1973, encontramos uma notícia sobre o I Encontro de Educação do SESI para um grupo de professores das regiões norte e nordeste, pela iniciativa do departamento regional do Amazonas, para elaborar um “documento básico norteador da ação educativa do SESI na região”. Dentre os temas abordados, foi apresentado o “Projeto Semen”, desenvolvido no Distrito Federal, que tratava da “Educação material e de **jardim de infância**, para crianças dos 3 aos 6 anos de idade” (JORNAL DO COMÉRCIO, 30/11/1973, p. 3).

No ano seguinte, foi divulgado outro curso, promovido pelo Ginásio e Escola Normal Preciosíssimo Sangue em cooperação com a Associação de Educação Católica do Brasil (AEC). Trata-se do “Curso de Aperfeiçoamento em Educação pré-primária, com visão geral do Trabalho no Jardim de Infância”, com as matérias: “Educação artística incluindo técnicas de arte, literatura infantil e teatro” e “didática e planejamento de atividades de recreação” (JORNAL DO COMÉRCIO, 16/01/1974, p. 3).

Em 1984, a Delegacia do MEC no Amazonas ofereceu a “técnicos de nível superior especialistas em educação pré-escolar e 1º e 2º graus” bolsas, que tinham a duração de 4 a 10 meses, para estudos a serem realizados na França (JORNAL DO COMÉRCIO, 16/03/1984, p. 2).

Na década de 1990, foram realizados dois eventos formativos: o “Encontro de Estudos em Educação Infantil”, promovido pela Secretaria Estadual de Educação do Amazonas, nomeado como “reciclagem”, cujo objetivo era tratar da alfabetização sob a perspectiva socioconstrutivista (JORNAL DO COMÉRCIO, 30/11/1994, p. 2); e o “I Seminário Municipal de Educação Infantil”, realizado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), para “educadores” que trabalhavam com a “pré-escola” (JORNAL DO COMÉRCIO, 13/12/1995, p. 7).

Quanto ao curso de Pedagogia^[3] da UFAM, foi apenas em 1995, com a reformulação do currículo, que a Educação Infantil foi contemplada como disciplina obrigatória intitulada “Metodologia e Prática da Educação Pré-Escolar” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 1995).

Com esses documentos, identificamos algumas informações sobre a formação de

professores de Educação Infantil em Manaus entre 1943 e 1995. Essa visão geral nos possibilita um contato inicial com a temática, para subsidiar futuras investigações e análises.

Considerações finais

Este texto traça um panorama preliminar da pesquisa sobre a formação de professores na história da Educação Infantil em Manaus entre 1943 e 1995. A partir da história social e cultural, termos e conceitos utilizados neste período serão analisados para responder, primariamente, à questão: quais foram os processos formativos para professores da Educação Infantil de 1943 a 1995 em Manaus?

A partir da pesquisa documental, cujas fontes foram as Mensagens e Exposições do Governo Amazonas e as publicações do Jornal do Comércio do Amazonas, conseguimos identificar configurações de formação para professores no período delimitado. Em relação à formação inicial, notamos a existência do magistério no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, do curso Normal em instituições como o Colégio Estadual, o Instituto de Educação do Amazonas, o Instituto Benjamin Constant e a Escola Normal Preciosíssimo Sangue. Os dados demonstram a existência de cursos de capacitação em caráter de formação continuada em Manaus, a partir de 1960, nomeados como curso para recreador infantil, jardim de infância e técnico em Educação Pré-primária. Em 1990, os cursos são denominados “reciclagem” e preconizam as ideias piagetianas. Em relação ao Curso de Pedagogia da Universidade do Amazonas, a Educação Infantil foi inserida em 1995, como disciplina obrigatória intitulada “Metodologia e Prática da Educação Pré-Escolar”, embora a formação ainda fosse específica para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Diante desses resultados preliminares, observamos muitas possibilidades para delimitar nossos estudos e para apontar novos horizontes de investigação, revelando algumas lacunas existentes na história da formação de professores de educação infantil no Amazonas.

Referências

AMAZONAS, Exposição do Interventor Federal. 05/1942-05/1943, p. 30.

AMAZONAS- Mensagens de Governo, 1954.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Lei de nº 4244, de 9 de abril de 1942. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, 10 abr. 1942.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus-AM. 1958-1995.

MIKI, P. S. R. **Aspectos da Educação Infantil no Estado do Amazonas: O curso infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897-1933)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Francisco. Itatiba. 2014.

MOTA, A. B. **A Escola Normal do Amazonas: a formação de uma identidade (1889-1945)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba. Sorocaba. 2015. 147 p.

OLIVEIRA, L. A. A constituição histórica do curso de pedagogia da FAGED/UFAM. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 11, n. 43e, p. 247-255, 2011.

SILVA, M. N. C. **A Metodologia Piagetiana na realidade Amazonense**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, v. Mestrado em Educação, 1996.

SOUZA, L. J. B. Cultura Impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 14, n. 2, p. 106-133, dez. 2010. Semestral.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Faculdade de Educação. **Currículo de curso de Licenciatura em Pedagogia**: Versão 1995/1. Manaus, 1995.

Palavras-chave: Formação de professores. História da Educação Infantil. Manaus.

[1] Disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

[2] Decreto Lei de nº 2557 de 4 de setembro de 1940, dispõe sobre o exercício das funções do Departamento de Imprensa e Propaganda nos Estados.

[3] Criado em 1962, vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Amazonas (OLIVEIRA, 2011).